

Mocidade Portuguesa: fundação, organização e atuação desta juventude salazarista (1936-1945)

Mocidade Portuguesa: foundation, structure and actions of this Salazar's regime youth (1936-1945)

Marcos Maurício Costa Freitas

Mestre em História

Universidade Federal Rural de Pernambuco

marcosmcfreitas@gmail.com

Recebido em: 16/11/2020

Aceito em: 12/01/2021

Resumo: Este artigo tem como objetivo articular breves apontamentos a respeito da fundação, organização e atuação da Mocidade Portuguesa, além de levantar alguns dos pronunciamentos políticos a respeito da sua criação. Em linhas gerais, a Mocidade foi um órgão governamental dedicado à formação dos jovens portugueses em valores pátrios, morais e religiosos, além de promover a militarização desta juventude que foi forjada na tentativa de criar uma nova elite política que viesse a corroborar com o Estado Novo português, implementado em 1933. Este regime nascido a partir das cinzas da República, derrubada em 28 de maio de 1926, estava disposto a reordenar o país com base em ajustes financeiros e em uma política cultural e educativa de reengenharia social, que tornou-se possível através de uma transformação profunda na educação portuguesa. Uma das primeiras medidas tomadas pelo Estado foi a publicação do Decreto-Lei n.º 1.941 que estabeleceu novas normas e regras, criando uma educação direcionada e nacional.

Palavras-chave: Mocidade Portuguesa; Política Cultural e Educativa; Cultura Política.

Abstract: This article aims to articulate brief notes concerning the foundation, structure and actions of the Mocidade Portuguesa, in addition to raise some of the discourses that legitimized its creation. In general terms, the Mocidade Portuguesa was a governmental organization dedicated to the youth's education in patriotic, moral and religious values, as well as promoting that generation's militarization, which was built based on the tentative of creating a new political elite that would support the Portuguese Estado Novo, implemented in 1933. Born from the ashes of the republic, overthrown on May 28, 1926, this regime was willing to reorganize the country based on financial adjustments and on a new cultural and educative policy of social reengineering, which became possible throughout an extensive transformation on the Portuguese education. One of the first actions taken by the Estado Novo was the publication of the Decree-law n° 1,941, which established new standards and rules, creating a national and directed education.

Keywords: Mocidade Portuguesa; Cultural and educative policy; Political culture.

Introdução:

O Estado Novo português nasceu como fruto dos movimentos antirrepublicanos que culminaram com a derrubada da República portuguesa em 28 de maio de 1926. Os responsáveis por esta movimentação eram, em sua maioria, militares legitimados por grupos políticos de extrema-direita (MENESES, 2011). Estes fortificaram-se com o discurso acerca de uma república caduca que estava desestruturando as contas públicas, desestabilizando a sociedade e negando valores ditos propriamente portugueses, como valores patrióticos, morais e cristãos católicos (PEREIRA, 2013).

O Estado Novo português foi implementado a partir da Constituição de 1933 e apresentou medidas austeras em vários seguimentos: na economia; na propaganda e veiculação de notícias; na educação do país. António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros e “testa de ferro” do regime, acreditava que a organização da economia e das contas públicas eram importantes, mas que se tornariam meros subterfúgios para alcançar a transformação social que desejava (TELO, 1994). Uma economia bem estruturada possibilitaria investimentos em áreas de promoção dessa reengenharia social, onde inculcariam um novo modo de ser, resgatando valores que consideravam propriamente portugueses e seguiriam com o que acreditavam ser o destino providencial de Portugal para com o mundo (MÓNICA, 1973).

Como propõe Torgal, Mendes e Catroga (1998), a implementação do Estado Novo em Portugal deu novos rumos para a história vivida e contada do país. Sofreram transformações em todas as esferas da sociedade e promoveram uma História revisionista e focada em enaltecer a religião, os valores, o líder, a nação e seus heróis. Todos estes aspectos partiram da aposta em uma educação doutrinária, escolhida como o melhor plano para criar uma nova elite e uma nova sociedade que viria a legitimar o Estado Novo português e as suas práticas, bem como impulsionar o movimento de “Revolução Nacional” que foram pensados ainda quando Salazar ocupava as cadeiras da Universidade de Coimbra como bacharelado em Direito. Um pouco do perfil do líder pode ser observado nas publicações d’*O Imparcial* – jornal acadêmico – onde trabalhou em conjunto com amigos de peso, como o futuro Cardeal Cerejeira (MENESES, 2011). Para além destas estratégias discursivas, é fato que em 1933 houve a implementação do Estado Novo, de onde Salazar colocou em prática os planos revolucionários dos quais ajudou a elaborar e propagandear.

Segundo Mónica (1973, p. 479), “Salazar chamou à escola ‘a sagrada oficina das almas’, isto é, reconheceu que ela jamais poderia ser neutra. A escola salazarista estava consciente do seu papel político”¹. Neste sentido, em 11 de abril de 1936 foi publicado o Decreto-Lei n.º 1.941 que mudou a designação de Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional; criou normas que transformaram profundamente a educação portuguesa (PORTUGAL, 11 de abril de 1936). Foi neste Decreto que nasceram as bases para um outro texto, o Decreto-Lei n.º 26.611 de 19 de maio do mesmo ano, que criou a Mocidade Portuguesa. Nesta lei ficou estabelecido a estrutura, faixa etária dos membros, normas e regras, fardamento utilizado e tudo o mais que envolvesse a Mocidade (PORTUGAL, 19 de maio de 1926). Apesar de tratar de um regime de bases autoritárias, a criação deste órgão de juventude desabrochou polémicas entre os grupos apoiadores, sobretudo na ala militar, o que levou Salazar a trabalhar no convencimento destas elites políticas, no sentido de manter seus apoios e contribuições para este grupo de formação paramilitar destinado aos jovens portugueses.

A briga dos militares estava relacionada ao receio do surgimento de uma reviravolta orquestrada por Salazar, utilizando a juventude contra estas elites. Isto se deve, em parte, a momentos anteriores enquanto Salazar era Ministro das Finanças, de onde estabeleceu diversos cortes nos recursos dos militares e, conseqüentemente, nas pastas dirigidas por eles. Para o então Ministro, estas práticas além de fazer parte de suas exigências para entrar no governo, traduziu-se em estratégias para reordenar as contas do Estado. Para os militares, estas medidas foram pensadas para enfraquecê-los e para centralizar cada vez mais o poder. Apesar de todos estes impasses, a Mocidade Portuguesa foi fundada e atuou a pleno vapor por anos em Portugal, em vários setores do país e vem sendo trabalhada na tentativa de compreender como ela colaborou para a manutenção do regime e na criação de uma sociedade politizada, de devoção a Deus, amor à Pátria e de proteção da Família.

Mocidade Portuguesa: fundação e organização deste órgão de juventude

Portugal, historicamente, possui forte tradição de modificações, por meio de leis, no sistema educacional do país, com a tendência de seguir o perfil de interesses dos seus governos. Durante a Primeira República, a educação já era considerada uma chave de transformações sociais e políticas,

¹ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

podendo ser visto a partir dos textos normativos que eram criados, bem como nas ações práticas de formação de professores e alunos de acordo com o sistema de valores estabelecidos pela República, que criou um modelo educacional interligado aos projetos de nação. O Estado Novo não fugiu desta postura e acabou por fortalecê-la, determinando a reestruturação da educação no intuito de doutrinar a sociedade, formando a “alma do homem novo” (ROSAS, 2001, p. 1031).

O salazarismo estabeleceu como missão da educação criar

uma nova elite, tecnicamente capaz de colaborar com a tarefa de regenerar o país e imbuída de um espírito nacionalista que garantisse a devoção ao país e a obediência à sua liderança. A falta de elites habilitadas para gerir o Governo, as Forças Armadas, a administração colonial e a organização corporativa era não raras vezes referida com o motivo do ritmo lento da reforma. Salazar chamava Portugal de ‘país de paupérrimas elites’ (MENESES, 2011, p. 170).

O ministro Carneiro Pacheco, em seu pronunciamento de posse, afirmou que “a Escola seria chamada à realidade da vida portuguesa, para poder criar homens que formem uma ‘élite’ no meio em que vivem” (A ASSEMBLEIA NACIONAL..., 1936, p. 4)². O Ministro reafirmou que a formação dos jovens portugueses era deficitária e que o trabalho seria grande à frente do Ministério. Essa elite política com habilidades técnicas estaria voltada para uma “desenvoltura saudável da Revolução Nacional” (A ASSEMBLEIA NACIONAL..., 1936, p. 4). Em outra oportunidade, Pacheco afirmou que tinha assumido o cargo para realizar a “política do espírito”³, uma outra forma de falar da transformação social a partir da formação integral promovida pela educação nacional (O MINISTÉRIO..., 1936, p.4).

O tema da “Revolução Nacional” era constante e central nas entrevistas dadas por Oliveira Salazar à António Ferro. Para ele, a revolução passava pela “conquista do Estado, mas não era fator suficiente de renovação, nem por si só poderia garantir a estabilidade e o futuro da obra realizada. Essa haveria de firmar-se na ‘reforma da educação’” (FERRO, 2007, p.43). Ainda segundo o texto de

² Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

³ O termo “política do espírito” foi cunhado em discurso pelo então Ministro da Instrução Pública, Carneiro Pacheco, onde referiu-se a formação doutrinária do povo português por meio da educação nacional e seus órgãos vinculados, onde seriam inculcados valores que consideravam propriamente portugueses. Cf. <<https://bit.ly/3nup80x>> Acesso em: 09 de jan. 2021.

Ferro (2007, p. 43) o Presidente do Conselho afirmou que “as revoluções só se realizariam verdadeiramente quando a mentalidade dos povos, pacientemente educada, se transforma de facto”⁴.

O mesmo Decreto que fundou a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa também instituiu o Regimento da Junta Nacional da Educação que ficou responsável por estudar os “problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento integral da sua capacidade física” (HORTA, [20-?], p. 9)⁵. A grosso modo, a Junta Nacional ficou responsável por fiscalizar e promover tudo o que estivesse ligado à educação do país. O texto em questão também previa que o órgão “deveria abranger toda a juventude escolar ou não, dos sete aos 17 anos, sendo a participação obrigatória para os alunos da escola primária e do 1.º Ciclo do Liceu” (HORTA, [20-?], p. 9). Foi estabelecido que o tempo livre dos jovens deveriam ser utilizados para formação nacionalista, de modo que os alunos ao largar das suas escolas não retornariam de imediato para suas casas, os membros da Mocidade deveriam se apresentar nos centros de formação no qual recebiam instrução pré-militar e social, política, moral e religiosa (HORTA, [20-?]).

Se por um lado o governo salazarista enfrentou resistência por parte dos militares e de uma parcela de grupos católicos - por defender o escoteirismo católico - acerca da criação da Mocidade, do outro lado, na Assembleia Nacional, as discussões acompanhavam a proposta do Executivo. O governo levantava que a Mocidade Portuguesa contribuiria com o “robustecimento e elevação de Portugal” e a Camara Corporativa julgava oportuna a “iniciativa governamental que tende a ligar a inteligência, o coração e a vontade, a força e a acção de todas as novas gerações nacionais, no pleno esforço do engrandecimento patrio” (A CAMARA CORPORATIVA..., 1936, p.5)⁶.

Contrariando o posicionamento de alguns grupos católicos, em 07 de fevereiro de 1936, o *Diário de Lisboa* publicou trechos dos debates da Assembleia Nacional, destacando falas do sr. Cônego Correia Pinto que fez críticas ao sistema laico da República em tom de apoio às novas determinações do Estado Novo quanto a formação da juventude portuguesa que deveria desviar-se da “barbárie e da aventura da República” (A ASSEMBLEIA NACIONAL..., 1936, p. 4).

⁴ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

⁵ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

⁶ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

Não quero ir para a barbarie; não quero ir para a perdição. Quero continuar a ser civilizado e a viver na civilização. Uma civilização é uma moral, uma doutrina, uma cultura, uma história, uma experiência, um ambiente, uma comunidade. E não podemos embarcar nos riscos duma aventura em que podemos jogar tudo por nada (A ASSEMBLEIA NACIONAL..., 1936, p.4)⁷.

Na fala acalorada do religioso é perceptível o seu posicionamento contrário à doutrina laica do governo republicano, pois acreditava que a educação deveria estar empenhada em formar o carácter dos homens e mulheres que cuidariam do futuro. Para ele, diferentemente das tentativas fracassadas da França e da Espanha que promoveram modelos de educação laica, Portugal deveria espelhar-se nas experiências da Inglaterra, da Itália e do Canadá que tornaram obrigatório o ensino religioso, na busca por “acertar o passo com o mundo civilizado”. Este tipo de discurso causou grande impacto à época, pois é bom lembrar que os discursos católicos ganharam nova dinâmica de circularidade e sentido no regime salazarista, visto que Salazar era ex-líder do Centro Católico e mantinha alianças muito próximas com a Igreja Católica e com a Santa Sé, intermediadas pelo seu amigo de tempos de seminário e faculdade, o Cardeal Cerejeira. O que acabou marcando o retorno das relações entre Igreja e Estado, relação que foi avariada pela Primeira República e suas práticas anticlericais e laicizantes. Uma parcela disso pode ser observada na *Lei da Separação do Estado das Igrejas* publicada em 20 de abril de 1911.

Como previa o *Decreto-Lei n.º 26.611*:

É instituída, em cumprimento da base XI da lei n.º 1941, a organização nacional denominada Mocidade Portuguesa (M.P.), que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar (PORTUGAL, 1936, p. 545)⁸.

Apesar da lei que instituiu a Mocidade ser de 19 de maio de 1936, o Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa só foi publicado em 14 de dezembro do mesmo ano. O Regimento postulou em seu Art. 5.º que “todos os portugueses deveriam participar deste órgão obrigatoriamente” (CARVALHO, 1986, p.756). Além disto, a lei de 11 de abril ainda de 1936 instituiu que a “Mocidade Portuguesa cultivará nos seus filiados a educação cristã tradicional [...] e em caso algum admitirá nas suas fileiras um indivíduo sem religião” (CARVALHO, 1986, p.756).

⁷ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

⁸ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

Segundo o pensamento do Presidente do Conselho apresentado por Meneses (2011, p.176), de que “os jovens deveriam receber formação integral em tempo integral”, o *Decreto* previu que a Mocidade Portuguesa deveria atingir todos os jovens “visando um desenvolvimento integral – carácter e capacidade física – tornando-os aptos para o dever militar e civil, propondo uma formação do jovem em tempo integral” (MENESES, 2011, p.176).

Dentro da Mocidade, os militares assumiram os cargos de comando do órgão e de formadores em algumas disciplinas, assumindo o papel de intelectuais ou intelectuais mediadores (GOMES; HANSEN, 2016), garantindo o modelo estabelecido para o grupo, onde os jovens receberiam sua instrução pré-militar e de devoção à pátria. Outra coisa que chama a atenção é que o grupo recebeu “uniforme, bandeira, hino e estrutura nacional” e os moços e moças membros eram separados por grupos, ala masculina e ala feminina, e recebiam designações similares às patentes militares, variando de acordo com a idade:

[...] dos 7 aos 10 chamar-se-ão ‘lusitos’; dos 10 aos 14, ‘infantes’; dos 14 aos 17, ‘vanguardistas’; dos 17 em diante, até 26, ‘cadetes’. Estes últimos constituirão a milícia da Mocidade Portuguesa e serão comandados, na sua atividade pré-militar, por um oficial superior do exército ou da armada (art.º9) (CARVALHO, 1986, p.756).

A Lei informa que o comando do órgão seria ocupado por “oficial superior do exército ou armada”, mas este não seria escolhido pela instituição, cabia ao Presidente do Conselho deliberar sobre quem e quando deveria assumir o cargo, bem como a exoneração dos dirigentes por qualquer motivo. Para complementar e garantir o desempenho deste órgão no tocante à vigilância das ações, tal qual das questões administrativas que envolviam a M.P., como: formação de comissões; contratação de pessoal e produção; produção e envio de documentos e relatórios ao Presidente do Conselho; foi criado o Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa (PORTUGAL, 1936, p.545-546).

A escolha de Carneiro Pacheco como Ministro da Educação Nacional foi celebrada por grupos políticos portugueses (PROBLEMAS..., 1936, p.1), assim como por vários seguimentos, pois enxergavam no Ministro “grandes esperanças” no âmbito da educação do país (PROSSEGUIU..., 1936, p.5). O próprio Salazar representava-o como o homem que levaria a Mocidade a cumprir o seu papel na construção do “homem novo” e no resgate da alta cultura da nação (QUEIROZ, 2008).

Apesar de todos os impasses envolvendo a criação da M.P., é importante mencionar que este modelo de grupo escolar não foi exatamente inovador ou fruto específico do governo Salazar. A Mocidade foi inspirada em outros grupos portugueses que arregimentavam jovens com fins específicos, como exemplo, podem ser citados a Junta Escolar do Integralismo Lusitano de Lisboa, que nasceu em 1929 e representava um núcleo de estudantes que queriam servir o país; e os Camisas Azuis, Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto. Estes agrupamentos tinham uma atuação independente do governo, o que não era interessante para Salazar, então, com a criação da Mocidade, o governo esperava arrebanhar os filiados dos Camisas Azuis, aumentando as fileiras de membros a serviço do Estado Novo (PINTO, 2016, p.219-221). Buscava aglutinar membros, sobretudo, dos Camisas Azuis, devido a aproximação com setores de oficiais do Exército que estavam descontentes com o rumo tomado pelo país (MENESES, 2011, p.165).

O cenário de ascensão de governos extremados na Europa acabou reverberando em Portugal. Além dos Camisas Azuis, dos grupos ligados à Igreja Católica portuguesa e da Acção Escolar Vanguarda, grupos estrangeiros propagavam suas ideias em Portugal. Itália e a Alemanha tiveram organizações e milícias formadas por jovens com propósitos similares aos da Mocidade. A *Hitlerjugend* (Juventude Hitlerista) produzida no ventre da Alemanha nazista, divulgou suas atividades por meio da revista *A Esfera*, que esteve sob a direção de Alfredo Pimenta, um conhecido germanófilo, responsável por trazer influências nazistas para o periódico que circulava em Portugal (A ESFERA, 1940).

Essas aproximações não agradaram a todos, Oliveira Salazar e a Igreja não queriam aproximações com juventude alemã, sobretudo, pelo “vigoroso anti-clericalismo” do grupo (O TERCEIRO REICH..., 1936, p.4), uma vez que eram bem diferentes da Mocidade que tinha formação cristã e contava com a “presença de padres no quadro de dirigentes” e formadores. Esta formação acontecia porque o Estado Novo português não pensava apenas em aglomerar os jovens e esperar deles a força que ajudaria a transformar a sociedade portuguesa. Por essa razão, Salazar determinou que eles deveriam ser sociabilizados politicamente, para que passassem a “amar de toda a força a sua Pátria e a Deus e defende-los contra os inimigos que foram estabelecidos” (KUIN, 1993, p.588)⁹.

⁹ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

A formação da Mocidade Portuguesa: “Estudar com dúvida e realizar com Fé”

[...] ‘a origem militar da ditadura portuguesa há-de dar sempre à nossa revolução uma característica especial’. Há que formar uma consciência nacional, sem a qual e contra a qual se não pode governar; e há que ter sempre em atenção o interesse nacional. Para a realização deste há que ‘estudar com dúvida e realizar com fé’. Neste plano, a educação é fundamental, servida por uma vontade forte, e a obra efectuar ‘tem de partir dum acto de fé na Pátria portuguesa e inspirar-se num são nacionalismo’. Para o efeito, há que suscitar uma mentalidade nova. Não em estilo fascista, porque este ‘toca um tudo nada pelo ridículo’ com ‘jovens de pouca idade a imitar o andar forte, o sobreceño carregado, a expressão dura, o olhar sobranceiro, o ar de desafio e de plena posso de si com que Mussolini comanda as massas italianas’. Mas mentalidade nova como forma de encarar o futuro de Portugal [...] (NOGUEIRA, 1977, p.189.190).¹⁰

Além de fornecer parte do título deste tópico, estas primeiras palavras trazem uma defesa da educação centrada no patriotismo de origem militar como melhor caminho possível para a “revolução nacional”. Segundo o texto, era necessário ter fé na Pátria, o que não exclui a crença dele na necessidade de se ter fé em Deus, na Igreja e nos dogmas religiosos. Apesar de ser fruto de uma historiografia afinada com afirmações do salazarismo (TORRALBA; MENDES; CATROGA, 1998), Franco Nogueira, escritor desta biografia, propôs diálogo com o biografado a respeito dos pilares da educação proposta, que tinha como maior objetivo formar homens úteis à nação. O interesse em formar estes “homens úteis à Nação” não era exclusivo do governo, os militares e a Igreja portuguesa buscavam a sua fatia do bolo. No caso dos militares, estavam empenhados na instrução pré-militar dos jovens, garantindo a ordem e a disciplina. Do lado da Igreja que apoiava o salazarismo, esperavam, em resposta, o apoio do governo para reerguer-se no país – fortalecimento da Igreja Católica portuguesa, apoio às suas práticas e influência dentro da sociedade. Apesar de não ter recebido um apoio incondicional do governo, a Igreja continuou apoiando o Estado Novo objetivando a “re Cristianização da sociedade” (NOGUEIRA, 1977, p.189.190).

Na dianteira deste processo estava Salazar que vinha de um ambiente acadêmico e católico, espaços que o construiu como intelectual. Mesmo afirmando ser avesso às questões políticas e ao poder, entrou no governo, reestruturou-o ao seu modo, e trabalhou na defesa da formação e da educação da sociedade no âmbito dos valores morais e cristãos, no amor e devoção à pátria, e na proteção da família. Seu perfil de professor, político e católico teve grande influência na orientação

¹⁰ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

do projeto educacional da juventude. Tornou-se um dos doutrinadores da política cultural e educativa de Portugal e legitimou-se perante as classes sociais conservadoras e tradicionais.

O historiador Simon Kuin (1993, p.555) chamou o processo de inculcação ideológica da juventude de “sociabilização política” que seria a transmissão cultural por meio das escolas, criando cidadãos doutrinados em costumes político e socialmente aceitáveis pelo novo sistema de valores que colonizava Portugal, tornando os jovens atores de transformação da sociedade, atuando nos espaços de socialização que estavam inseridos. Aqui, a educação tornou-se instrumento de “tecnologia social”.

Para fiscalizar o desenvolvimento da educação nacional e para reforçar o processo de formação integral dos jovens, ainda em 1936, foi criada a *Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)*, pois o governo compreendia que o maior ambiente de “sociabilização política” do jovem era a sua própria família. Com este órgão, o regime entrou pela porta da frente da casa das famílias portuguesas para fiscalizá-las, controlá-las e vigiá-las. O OMEN capacitou as mães, qualificando-as para agirem na formação dos filhos, em conjunto com as escolas e professores (KUIN, 1993, p.555-556).

Pouco mais de um ano após a criação do OMEN, Judith Teixeira publicou texto na coluna “Temas Educativos” do *Diário de Lisboa*, indicando que o Estado deveria trabalhar em conjunto com a família portuguesa, respeitando-as, amparando-as, protegendo-as e ajudando-as na educação dos jovens.

Segundo ela,

o fim da família não é dar escravos ao Estado, mas sim formar homens capazes de defenderem a liberdade da sua consciencia. A família primeiro, depois o Estado. Se a família não foi bem constituída e moralmente bem organizada não poderá ser útil ao Estado. Viciada pela anarquia do seu ambiente, onde não aprendeu respeito, obediencia, consideração, amor, devoção, etc., não tendo estes sentimentos vinculados no seu caracter como os poderá dar ou transmitir aos outros? (TEIXEIRA, 1938, p.2)¹¹.

O texto que foi publicado em 3 de março de 1938, mostra a força da propaganda do governo Salazar ao falar da necessidade de amparar as famílias, o que ajudou a legitimar medidas que o governo almejava adotar. A publicação ainda alertou as famílias para a necessidade de uma presença

¹¹ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

maior do Estado na vida delas para que então pudessem desenvolver bem a sua função social. O Estado Novo acabou criando a sensação de que somente com o seu apoio as famílias seriam capazes de sanear as mentalidades, aplicando o novo sistema de valores que veio para extinguir “os vícios e aberrações morais” (PIMENTEL, 2001, p.73-79). Teixeira afirmou que não adiantaria todo o investimento financeiro na construção de escolas mais modernas, assim como o dispêndio de energia e de amor, de trabalho árduo e carinhoso dos professores se “a criança, ao regressar a casa, encontrar anarquia, vícios [...] desconforto moral”. Todo foco na família estava na crença de que ela representava “o bom alicerce, a raiz sagrada e frutificadora da humanidade. Nela nascem e se santificam todos os sentimentos afectivos piedosos”¹² (TEIXEIRA, 1938, p.2). Devido o apoio da sociedade ao projeto de integração da família à escola, a escola portuguesa tornou-se “uma instituição complementar da família”, onde os professores e pais estariam comprometidos com a nova proposta de formação da juventude.

Ainda segundo a autora,

para formar caracteres livres e responsáveis, criar no homem uma individualidade forte, dominadora dos seus vícios e tendências atávicas, dar-lhe uma saúde moral, viril e criadora é preciso uma obra verdadeiramente revolucionária que só o Estado pode fazer: educar os educadores (TEIXEIRA, 1938, p.2)¹³.

Outras fontes mostram que o governo cuidou especialmente destes professores, dando instruções e materiais específicos, fazendo concursos que avaliavam o alinhamento ideológico, dentre outros (CARVALHO, 1986). Também investiram na educação física, semelhante a outros países de regime autoritário, acreditavam na necessidade do condicionamento físico do “homem novo”, por isso as escolas e professores deveriam promover a educação física dos moços e moças, para que estivessem saudáveis em corpo, mente e alma (OS CADETES..., 1938, p.2).

A matéria intitulada “Bem orientada e patriótica intervenção do ministro Carneiro Pacheco”, publicada no dia 16 de fevereiro de 1937, tratou da experiência portuguesa de instrução político-militar. Este tipo de instrução, segundo o redator, não era nova no país e textos como o publicado por Rómulo de Carvalho confirma a tese. Todavia, o autor afirmou que a proposta apresentada pelo ministro Carneiro Pacheco era mais completa, pois garantiria uma rápida adaptação dos jovens à vida

¹² Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

¹³ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

militar e aos seus princípios morais, patrióticos e nacionalistas. Este tipo de formação também preparava os jovens para o serviço militar, “tendo pois por fim o desenvolvimento das qualidades físicas e morais dos adolescentes a-fim-de os pôr em condições de melhor desempenharem os seus deveres de soldados e cidadãos na Nação Armada” (A INSTRUÇÃO..., 1937, p.6)¹⁴.

Ainda segundo a notícia:

Esta preparação tende primeiro que tudo a dar aos adolescentes a força física, com a saúde é a sua resultante, cultivando a resistência, habilidade, espírito de iniciativa e em seguida no campo moral, confirmando as qualidades essenciais que fazem os bons soldados e bons cidadãos: obediência às leis, disciplina, dignidade pessoal, solidariedade, sentimentos de Honra e de Amor Patrio e finalmente dar-lhes uma instrução elementar, que sem penetrar no domínio da técnica militar, os inicia em noções que serão da maior utilidade durante a sua permanência nas fileiras. O principal meio desta preparação repousa sobre a Educação Física, compreendendo ainda a educação cívica, conhecimentos militares, instrução preliminar de tiro, equitação, etc (A INSTRUÇÃO..., 1937, p.6)¹⁵.

Em discurso, o Presidente do Conselho, no dia 23 de março de 1938, afirmou que os resultados eram positivos devido as medidas tomadas no âmbito da educação político-militar da juventude. Desta forma, Salazar colocou-se favorável à intensificação deste modelo no intuito de garantir a continuidade da revolução, que também encontrou respaldo na sociedade civil e nos veículos de jornalismo (O NOTÁVEL DISCURSO..., 1938, p.10-11). A propaganda educativa do governo destacava as vantagens deste modelo de formação e fez-se presente no cotidiano do povo português por vários canais diferentes. Um dos pontos tocados foi a evocação do passado português, pois acreditavam que as lições dos acontecimentos anteriores eram muito valiosas. O passado foi utilizado como exemplo e como justificativa das ações presentes do governo que estava em busca de um futuro específico, apesar deste futuro, muitas vezes, ser uma construção fantasiosa (A INSTRUÇÃO..., 1937, p.6).

Corroborando com o discurso do governo, dr. Pedro Teotonio Pereira, Ministro do Comércio de Portugal, afirmou que o Estado estava empenhado em uma “revolução moral” que possibilitaria ao país “ressurgir de um longo período de apagada e vil tristeza”. O Ministro também afirmou que caberia aos jovens manter o curso da revolução e reforçou a ideia de uma educação direcionada a “prevenir a juventude contra certos defeitos de mentalidade e de sensibilidade” que

¹⁴ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

¹⁵ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

herdaram do último século. O século citado pelo Ministro é também chamado pelos salazaristas de “século negro”, pois acreditavam que o período vivido por Portugal antes do advento do Estado Novo não teria trazido nada de proveitoso, isto inclui a laicização do Estado e da sociedade, o anticlericalismo, o liberalismo e a Primeira República portuguesa que foi responsável pelo estabelecimento de algumas destas vertentes, e que estiveram diluídas em textos publicados como leis de Estado (O SR. MINISTRO..., 1937, p.1).

Em consonância com o que afirmou o ministro Pereira, no dia 5 de julho de 1937, o capitão Salgueiro Rego publicou no *Diário de Lisboa* onde declarou seu entusiasmo com os jovens da M.P. e com o que o Estado Novo estava fazendo deles. Na mesma publicação, acreditando na positividade dos resultados que vinham adquirindo, o capitão colocou que o projeto de instrução pré-militar deveria ser oferecido desde as escolas primárias (O EXÉRCITO NOVO..., 1937, p.6). No entanto, Nobre Guedes, Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, em 21 de outubro de 1937, afirmou que a obra feita na Mocidade era muito positiva, mas que não seria aplicada com tanta rapidez em todas as cidades portuguesas. Para ele, o crescimento muito rápido poderia desorientar o órgão e as consequências disso poderiam ser desastrosas; o Comissário ainda defendeu o empenho na formação dos jovens, que deveria ser militar e católica. Segundo ele, o Executivo não tinha oficializado nenhuma religião, apenas teria reconhecido “a religião de seu povo”, e por isso acolheu o catolicismo como pilar da formação desta sociedade (OS DIRIGENTES..., 1937, p.4-5).

Este tipo de discurso mostra a força do catolicismo na sociedade portuguesa, que retornou à vida pública, inclusive nos ambientes públicos e administrativos do país. A religião voltou a ocupar todos os espaços da sociedade; política, funcionalismo, educação e a Mocidade Portuguesa:

A religião dos portugueses é a católica. Os pequenos nucleos de outras religiões não têm volume que se considere. Embora, portanto, a ‘Mocidade Portuguesa’ admita indivíduos de outras religiões só prestará assistência católica aos seus filiados. Entende-se que ao homem é necessario a fé religiosa como anseio de perfeição moral, como guia superior de todos os seus actos. Deus e Patria são noções que vivem associados na alma dos portugueses.

O culto de Deus e o amor da Patria fôram os sentimentos que inspiraram os mais altos feitos da nossa Historia. Foi assim no passado, é assim no presente, queremos que seja assim no futuro. O facto do ideal religioso não ter fronteiras, o facto de ser um sentimento universal, não pode por isso conduzir nunca a atitudes de

solidariedade que sejam dalgum modo contrarias aos superiores interesses da Patria. (OS DIRIGENTES..., 1937, p.4-5)¹⁶.

De acordo com o texto, no país, os portugueses poderiam professar outras formas de fé, mas para fazer parte do corpo governamental, seria necessário que fossem católicos. Estas ideias, centradas nas questões da nação, eram reforçadas em conferências ministradas por Marcelo Caetano aos professores em encontros e debates com os dirigentes da M.P. A palestra designada como “Processos de formação nacionalista – Educação moral” versou sobre educação política, educação física, dentre outros temas. O evento trabalhou a ideia de “homem novo”, e contou com a presença do alto escalão do governo, do funcionalismo e da elite política e intelectual. Caetano, bacharel em Direito, acreditava no projeto e contribuiu para a legitimidade do regime na sociedade (OS PROCESSOS..., 1937, p.5).

Em seu discurso, Caetano destacou a importância da educação pré-militar, do uso das insígnias, da disciplina, do uso de técnicas específicas e do fardamento:

A farda tem um sentido educativo que já conhecemos de muitas gerações. Quando se quis organizar uma força, para servir um ideal superior, deu-se aos seus componentes uma farda que era só por si todo um programa: crenças, fé e acção. A farda do rapaz da ‘M.P.’ é uma profissão de fé, a revelação ostensiva do que se é, um acto de verdade. E a verdade é a primeira das virtudes que temos que incutir e exigir aos rapazes (OS PROCESSOS..., 1937, p.5)¹⁷.

Conforme o orador, “o rapaz fardado tem que convencer-se de que não pertence a si próprio, mas sim ao movimento, aos seus camaradas, às suas idéas” (OS PROCESSOS..., 1937, p.5)¹⁸, desta forma, estariam construindo o carácter da juventude.

E continua:

Mas a ‘M.P.’ não quer apenas homens moralmente perfeitos; tem outra função da maior responsabilidade: preparar novos para a vida politica da Nação, libertos dos vícios de educação de que ainda estamos eivados, isentos de toda a mácula do antigo regime, diferentes daqueles que se fizeram nos partidos, convencidos de que não estão na vida politica para se servir, mas para servir o interesse nacional (OS PROCESSOS..., 1937, p.5)¹⁹.

¹⁶ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

¹⁷ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

¹⁸ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

¹⁹ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

O evento de formação dos doutrinadores continuou no dia 23 de outubro de 1937, reforçando e reafirmando os temas discutidos (A EDUCAÇÃO FÍSICA..., 1937, p.4). O *Diário de Lisboa* encarregou-se de publicar diariamente os debates e notícias referentes ao evento, evidenciando as medidas tomadas com publicações de apoio aos grupos. Estes temas eram recorrentes nas páginas do jornal, dividindo espaço apenas com assuntos relacionados à Segunda Guerra e às questões internacionais. Algumas matérias se tornaram emblemáticas, como: “Cultura e Tecnicos”; “Menos aparencias e mais educação”; “Cultura” e tantas outras que afirmavam que o regime estava acertando no caminho escolhido para a educação:

Há uma cousa que se chama saudo moral e uma alegria que vem do dever cumprido. A educação que se ministra nas familias e nas escolas tem de formar ao mesmo o espirito e o coração. Quando assim não é, as gerações comportam-se como cegos ou com ebrios (CULTURA..., 1937, p.1)²⁰.

Publicações como esta dialogavam com os projetos do Estado Novo português. No artigo “Mocidade”, o *Diário de Lisboa* exaltou a figura de Salazar. Segundo o jornal, a sua obra e a forma como dirigia o país já era conhecida e respeitável. O escrito chegou a declarar que “os tempos eram difíceis e exigiam decisões fortes, pessoas que construísem e não destruíssem”, além de elogiar o que chamaram de “sacrifícios” feitos pelo Presidente do Conselho:

Todos os homens que, em Portugal, conquistaram, lutaram, pregaram, ensinaram e libertaram não obedeciam a odios nem a desejos mesquinhos, pois punham o seu amor, a sua fé e o seu enforço ao serviço de ambições generosas, de arranques magníficos. O que faz da nossa historia um caso único, um friso de maravilhas, é a intervenção constante da juventude, na orientação dos seus destinos – juventude que se não calcula pelo numero dos anos, antes pela permanencia da virtude e do sacrificio nas pugnas contra a adversidade (MOCIDADE..., 1937, p.1)²¹.

A busca no passado por exemplos ligados à figura de Salazar afirmava que este, assim como os líderes de outrora, estava sendo mal interpretado por alguns, mas que teria os seus feitos aclamados pela história. Salazar não pretendia mover blocos de concreto ou coisas parecidas, “mas sim consciencias sensiveis, juizos esclarecidos” (MOCIDADE..., 1938, p.1)²². Um texto homônimo foi publicado em 30 de abril de 1938 e seguiu o mesmo padrão discursivo, colocando a Mocidade

²⁰ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

²¹ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

²² Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

sempre como exemplo, apontando-a como “a força da juventude que veio para salvar o país” (MOCIDADE..., 1938, p.1).

A organização de Mocidade e sua implementação na formação educativa dos jovens seguiu na ordem do dia: destacando aspectos vistos como positivos; apresentando os centros de treinamento, acampamentos e escolas de instrução. Em 26 de maio de 1938, a visita do Chefe de Estado e do Ministro da Educação Nacional ao acampamento da M.P. em Palhavã, além de ter sido utilizada como pretexto para propagandas e honrarias, estas visitas repetiram-se em várias ocasiões para fiscalizar o andamento da formação dos jovens da Mocidade. De certa forma, estas inspeções aproximavam o governo da sociedade, demonstrando a atenção que o Executivo dava ao órgão e à instrução da sociedade.

As visitas feitas aos centros de formação do órgão eram comuns e foram muito noticiadas. No dia 26 de março de 1939, a M.P. executou exercício na presença do Comissário Geral, Nobre Guedes. Dentre os exercícios executados, estavam os referentes às disciplinas “Caçadores 5 e 7, Separadores Mineiros, Infantaria 1, Telegrafistas [...]” (MOCIDADE PORTUGUESA..., 1939, p.2). Soa inusitado ao leitor, mas os moços além das disciplinas escolares tradicionais, no âmbito da Mocidade, cursavam matérias como as que foram elencadas, de maneira que viessem a aprender tudo o que fosse necessário para servir ao país. Aprendiam nos centros de formação e executavam no dia-a-dia da sociedade.

Atuação da Mocidade Portuguesa: “Por Salazar! Por Salazar!”

A educação dos jovens estava dividida no ensino de conteúdos estabelecidos pelo Ministério da Educação Nacional; em exercícios físicos e atividades cívicas. Sua atuação, contudo, era bastante ampla e se estendia para além dos muros da Mocidade. Neste caso, apenas a ala masculina da Mocidade Portuguesa será tratada. A grosso modo, eram orientados a vigiar os pais dentro de casa e seus vizinhos, seus amigos e seus professores; participavam das festividades e cortejos religiosos, de jogos, desfiles e paradas militares. Além disso, desenvolviam trabalhos ligados às colônias e ao Império Ultramarino.

Como destacado, a Mocidade estava profundamente ligada ao Estado Novo português, desta forma, o projeto do regime também era um projeto do órgão. Salazar era frequentemente exaltado e suas ideias circulavam na formação do grupo. Mocidade produzia hinos de exaltação do governo e

do seu líder, fazendo referência e trabalhando como braço direito do Estado Novo e do Presidente do Conselho:

Ó Mocidade irradiante,
Alma da Pátria a germinar!
Ergue o teu grito e teu montante,
AVANTE, AVANTE, AVANTE, AVANTE.
POR SALAZAR! POR SALAZAR! (OLIVEIRA, 1939, p.2)

O trecho do hino “À Mocidade Portuguesa” enaltece Salazar como líder e apresenta a Mocidade como uma das suas grandes obras para a juventude do país, afirmando que ele os teria construído sob “ordem, verdade, disciplina, virtude, fé, vigor e vontade” (A ESCOLA CENTRAL..., 1937, p.5). Em outros trechos, encontra-se a evocação da juventude a levantar-se e seguir em frente na defesa de quem os forjou e da pátria. Era costume a M.P. desfilar fardada para pais, autoridades e para toda a sociedade que assistia aos desfiles batendo palmas, aprovando o resultado da obra de Salazar. Com o passar do tempo, o grupo foi conquistando cada vez mais admiradores, inclusive, em espaços onde mantinham, declaradamente, ressalvas com a proposta de formação militar do grupo.

O capitão Salgueiro Rego, por exemplo, afirmou ter ficado surpreso com o que o órgão tinha se tornado, declarando sua nova esperança na formação de Mocidade:

É na mocidade que temos as melhores esperanças. Na parada de 28 de maio, que excedeu, confesso, toda a minha expectativa, pois nunca julguei que em tão pouco tempo se pudesse mostrar ao país o grande amor patrio que existe na alma dêste glorioso povo, fez-me vibrar de entusiasmo, principalmente, o desfile daquela mocidade em que, estou certo, na alma de todas aquelas crianças não havia outro intuito senão o da demonstração de um verdadeiro, franco, leal e sincero patriotismo (O EXERCITO NOVO..., 1937, p.6)²³.

O Capitão referiu-se ao desfile do 28 de maio de 1937, que comemorava as movimentações do 28 de maio de 1926 que derrubaram a República. Uma das atividades da M.P. era justamente participar de datas comemorativas da nação, e o 28 de maio era a data magna para este governo. No texto, o militar demonstra a sua surpresa com o desempenho da M.P., resultado que foi garimpado em pouco tempo, visto que o grupo foi fundado um ano antes. Neste sentido, enalteceu a obra de Oliveira Salazar que estava construindo nos jovens um “franco, leal e sincero patriotismo”, qualidades que buscavam construir na população, e aproveitou para declarar-se um novo entusiasta da obra:

²³ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

Saudamos a mocidade portuguesa, onde a nação tem de ir buscar os seus profissionais para a defesa do país, suprimindo a falta daqueles tantos e tão dignos que vão desaparecendo. Dessa mocidade, devidamente preparada desde os primeiros anos da sua infância, quer pela sua educação moral e física, quer pela sua intelectualidade e amor patriótico, se distinguirão aqueles que querem seguir a carreira das armas com vergonhosa corrida aos pedidos de empenho para se salvarem de prestar serviço nas fileiras do exercito [...] (O EXERCITO NOVO..., 1937, p.6)²⁴.

Para ele, a Mocidade estava criando uma nova elite, uma nova força, e que caberia buscar neste grupo os profissionais necessários para defender a nação. Posicionamento que corroborou com o discurso do governo, uma vez que Salazar discursava sobre a necessidade de criar novas elites políticas, administrativas e militares, pois eram pouquíssimas e que precisavam ser renovadas para garantir o futuro do projeto estadonovista (O EXERCITO NOVO..., 1937, p.6).

Salazar não aceitava pessoas pela metade, todos deveriam colaborar com o projeto:

Não estão connosco os que não sentem profundamente os princípios essenciais de reconstrução nacional, os que restringem a sua adesão àqueles com que concordam ou lhes convêm, nem os que entram e ficam ainda de fora, recebendo de mais de uma parte indicações e ordens. Não estão connosco os que pensam tirar da sua adesão título de competência, os que buscam uma vontade em vez de um posto desinteressado de combate, os que não sentem em si nem dedicação para servir a Pátria nem disposição para sacrificar-se pelo bem comum (MOURA, 1968, p.256)²⁵.

No interior do órgão a meta era a defesa do líder, defesa da pátria, defesa dos valores e crença em Deus e nos seus representantes legítimos, no caso do Estado Novo, a Igreja. Apesar disso, para ingressar na M.P. admitia-se até quem não fosse católico, mas nunca os que não comungassem do salazarismo. O perfil nacionalista exigido para ser membro da M.P. era uma de suas características mais conhecidas. Em 11 de agosto de 1936, o *Diário de Lisboa* reportou a notícia informando sobre as comemorações da Batalha de Aljubarrota, que “consolidou a Independência” de Portugal. Na ocasião, os Chefe de Estado e do Governo estavam presentes. O ato cívico também contou com ministros do governo, autoridades civis, militares e religiosas (A COMEMORAÇÃO..., 1936, p.3).

Durante as festividades, Oliveira Salazar aproveitou para proclamar que:

Os sítios de Aljubarrota e a Batalha, devem ser os lugares dentre todos eleitos para as grandes peregrinações patrióticas, e eu quisera que no proximo ano ali

²⁴ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

²⁵ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

acordessem de todos os cantos de Portugal milhares, centos de milhares dos portugueses de hoje, sobretudo a juventude, para vivificar e robustecer ao calor dum passado heroico a sua devoção patriótica. (A COMEMORAÇÃO..., 1936, p.3)²⁶

A matéria do dia 13 do mesmo mês acrescentou que houveram celebrações religiosas e a recitação do “Te Deum”, reforçando a noção de aliança entre Igreja e Estado (MANIFESTAÇÃO..., 1936, p.4). Ainda assim, em determinados momentos, Salazar colocou o bem da nação acima do da Igreja, reafirmando a máxima de “Tudo pela nação, nada contra a nação” (MOURA, 1968, p.256). A comemoração patriótica do Dia da Marinha contou com a presença de diversas autoridades oficiais da Armada, assim como os “cerca de 2.500 componentes da Mocidade Portuguesa” que realizaram a “revista naval embarcados nos diversos navios da esquadra” (COMEMORAÇÃO..., 1938, p.5).

Em 23 de maio de 1937, a M.P. foi convidada a participar do evento realizado no Liceu de Camões. Na ocasião, o ministro Carneiro Pacheco entregou insígnias a 83 graduados da Mocidade e afirmou que os jovens estavam preparados tecnicamente e doutrinariamente para guiar os demais. Ainda informou-se que os moços seguiram com exercícios em Metralhadora 1, culminando com a marcha por Lisboa que causou excelente impressão (MOCIDADE PORTUGUESA..., 1937, p.8).

Os moços estiveram presentes nas Olimpíadas de Berlim e este ato pode ser contado como atuação da M.P. na construção da imagem cívica da educação do Estado Novo. Capitão Salgueiro Rego, recorrente autor de textos no periódico, afirmou que o grupo mais uma vez estava surpreendendo a todos pela sua dedicação em “fazer de Portugal um país que dê lições ao mundo em todos os seus aspectos, físico, moral e intelectual” (A MOCIDADE PORTUGUESA..., 1936, p.6)²⁷. Poucos foram os jovens a defender o nome de Portugal nestas Olimpíadas, e mesmo não tendo preparo algum para o evento, acharam-se no dever de “mostrar a todos a superior mentalidade, a enorme disciplina e a organização impecável” que o órgão e seus membros afirmavam ter (A MOCIDADE PORTUGUESA..., 1936, p.6).

Todas estas atividades e aparições públicas fizeram parte das ações do governo na construção do novo regime. Mocidade era um cartão de visita dentro e fora do país, inclusive, sob coordenação do Secretariado de Propaganda Nacional, chefiado por António Ferro:

²⁶ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

²⁷ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

Não nos cansamos de abordar estes assuntos e temos verdadeiro entusiasmo ao sentirmos que a mocidade do nosso país corre ao chamamento de uma organização que, certamente, sem intuítos mesquinhos de política partidária, tem, pelo contrario, o nobre e único intuito de uma organização de defesa patriótica e o enorme interesse de um completo ressurgimento da raça portuguesa (A MOCIDADE PORTUGUESA..., 1936, p.6)²⁸.

Aparecer em público e nos variados eventos serviu ao governo como evidência positiva das medidas tomadas no âmbito da educação do país e como esta educação estava inserindo os jovens nas mais diversas áreas e ambientes da sociedade. Era comum também que os membros da Mocidade visitassem instalações de instrução e outras escolas portuguesas, no intuito de trocar experiências. Em 22 de março de 1941, ao menos 700 filiados do Centro Escolar n.º 13 da Escola Marquês de Pombal visitaram o Centro Escolar n.º 18. Além da vista das equipes em ambos estabelecimentos, puderam trocar vivências. Os acampamentos também funcionavam para inserir o grupo na sociedade.

O 18 de setembro de 1941 foi marcado pela inauguração da Ponte Duarte Pacheco. A solenidade contou com o Chefe de Estado e de uma apresentação do agrupamento juvenil que desfilou com suas bandeiras e fardamentos (O CHEFE..., 1941, p.4). Semelhante ao que aconteceu na inauguração desta obra, os milicianos apresentaram-se no início das atividades da Central Leiteira em Torres Novas, meses antes (A INAUGURAÇÃO..., 1941, p.4). Em primeiro de fevereiro de 1942, os graduados da Mocidade ocuparam-se em visitar diversas construções municipais que estavam em curso. Entre as edificações estavam parques para campistas e estádio de futebol. Nessa ocasião, o assessor religioso da M.P. celebrou missa para os presentes (UMA VISITA..., 1942, p.5).

Conforme destacado, a Mocidade Portuguesa era notícia diária nos jornais portugueses. Ainda que o *Diário de Lisboa* tenha sido o único utilizado neste texto, outros jornais traziam notícias cotidianas das atividades da M.P., principalmente, aqueles ligados ao regime. Escolhemos este periódico pela viabilidade da pesquisa sobre o tema e pelo fácil acesso na base documental da Fundação Mário Soares, onde encontra-se todo digitalizado. Além de jornais aprovados pelo Estado, haviam os periódicos católicos, como o *Novidades*, que não deixavam de fazer menção à obra da Mocidade.

²⁸ Citação retirada de texto escrito em português de Portugal.

O tema só diminuiu de volume nos jornais com o avançar da Segunda Guerra, visto que os assuntos e textos que abordavam a Guerra e as questões internacionais tinham prioridade nas edições, o que não quer dizer que o grupo ficou inerte durante este período. As edições do *Diário* fluuavam entre 8 e 16 páginas; 8 geralmente nas edições das segundas, quartas e sextas-feiras; 12 páginas nas edições das quintas-feiras e dos sábados; e 16 nas edições dos domingos. Com o advento da Guerra, esse volume foi reduzido para 8 páginas e, eventualmente, 12 páginas em edições de domingo e edições especiais. Com a diminuição da quantidade de páginas e o aumento das matérias sobre os conflitos entre os países, as notícias que se ocuparam em citar a M.P. estavam mais ligadas a convocações para instrução e exercícios nos centros de formação, dificultando a demonstração da sua atuação em outros espaços da sociedade até o final do recorte temporal especificado no título do trabalho.

Um último exemplo de atuação da Mocidade pode ser visto com a expansão das fileiras da M.P. a partir do decreto que instituiu a Mocidade Portuguesa ao longo do Império Colonial Português, sobretudo nas colônias mantidas em África. O texto publicado em 17 de fevereiro de 1939 trouxe partes do decreto que, em seu parágrafo único, afirmou que a organização juvenil das colônias usaria o mesmo nome da Mocidade e seria instituída em todas as colônias de Portugal, abrangendo também os jovens nascidos nos países colonizados. Além do nome, as insígnias, as demais estruturas da organização e o modelo de formação seriam mantidos. Ainda segundo a publicação, a pretensão era formar os jovens das colônias também para trabalhar em favor da pátria (A MOCIDADE..., 1939, p.6). Para além desta informação, nenhuma matéria foi levantada no *Diário de Lisboa* que remetesse diretamente à atuação nas colônias portuguesas. Todavia, o exemplo da M.P. constituída e instruída na metrópole, assim como a matéria citada, leva a crer que a atuação da Mocidade nas colônias era similar à da Metrópole.

Considerações Finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou um maior entendimento acerca da Mocidade Portuguesa em sua ala masculina e da formação política e doutrinária que recebeu desde a sua fundação. No entanto, seria exagerado afirmar que com este texto foram esgotadas as possibilidades de leitura e pesquisas sobre o tema. Apesar de existir uma vasta gama de trabalhos em Portugal acerca do Estado Novo português, estes são pouco conhecidos em terras brasileiras.

Sobretudo nesta perspectiva que buscou compreender como os jovens da Mocidade eram arregimentados, instruídos e como atuavam na sociedade portuguesa.

Ao debruçar sobre este tema que, geralmente, causa estranhamento por se tratar de um tema internacional, o fazemos por acreditar na importância desta pesquisa para uma maior compreensão acerca da criação de juventudes com características e práticas milicianas na Europa, no Brasil e em outros lugares do mundo. Grupos como os *Balilas*, na Itália fascista; a *Hitlerjungend*, na Alemanha nazista; a Juventude Brasileira, no Brasil varguista; ou mesmo a Mocidade Portuguesa, no Portugal salazarista; representam a utilização da juventude por seus governos nacionalistas com fins ditos patrióticos, sobretudo antes e durante a Segunda Grande Guerra.

Outra questão relevante é o fato de que os jovens portugueses eram instruídos dentro de uma cartilha elaborada pelo Estado que aglutinou no currículo escolar valores nacionais, instrução pré-militar e dogmas religiosos. E isto deu-se devido ao matrimônio entre o governo e a Igreja Católica portuguesa. Como todo casamento, esta relação teve seus altos e baixos; suas cobranças; mas, de modo geral, podemos dizer que foi uma união que funcionou para o projeto de nação que estavam construindo. Este tipo de relação aplicou-se também aos militares que, mesmo compondo a base do governo, balançaram muito o navio salazarista que, muitas vezes, não naufragou devido a atuação do general Carmona, ao qual pode ser considerado um dos maiores articuladores deste governo.

Também não podem ser deixadas de lado as conexões que o tema faz entre Brasil, Portugal e os países africanos colonizados pelo Império. A M.P. esteve em todo o território imperial atuando em prol do projeto e classificamos esta prática como um dos artifícios utilizados por António de Oliveira Salazar em sua arte de saber durar no poder. O Estado Novo que buscou a construção de uma “nova” sociedade, utilizou da Educação Nacional e os órgãos ligados a ele, como o caso da Mocidade Portuguesa, para fabricar as mentalidades. O processo que começou com modificações profundas nas leis da educação, na busca de atender os anseios do governo, acabaram promovendo mudanças na estrutura das escolas; nas séries e suas respectivas faixas etárias; no currículo escolar; no material didático utilizado nas escolas; na formação dos professores e no estabelecimento de critérios para as suas contratações; e todos os demais assuntos que envolveram a instrução dos moços portugueses.

Dentro deste projeto de reengenharia social, a Mocidade Portuguesa desenvolveu um papel bem particular. O órgão arregimentou e trabalhou com os jovens, desde o Ensino Primário, temas relacionados à pátria, a fé, a formação física e moral, a instrução pré-militar; caracterizando uma formação integral destes jovens. O governo acreditava que esta era a melhor forma de criar uma elite política bem preparada para defender a nação, contribuindo para o sucesso e permanência do projeto de “Revolução Nacional em Portugal.

Estes jovens estiveram presentes nos eventos nacionais mais importantes, desfilando para seus líderes, jurando a bandeira e pegando em armas para defender as autoridades, o país e os ideais sob os quais foram formados. Participaram de eventos e procissões religiosas, em peregrinações à Fátima, pois professavam a fé católica, fruto da formação cristã que receberam no seio de suas famílias e no ambiente escolar que foi todo moldado para atender as expectativas da Igreja, uma das maiores apoiadoras do regime. Participaram das Olimpíadas e eventos esportivos, feiras internacionais, além das missões nas colônias portuguesas, sobretudo em África, para reunir e induzir outros jovens a atuar na defesa da pátria. Estas práticas impregnaram gerações que passaram a ocupar os espaços, colaborando para o estabelecimento desta “nova” sociedade pensada e estruturada pelo Estado Novo português.

Referências bibliográficas:

“MOCIDADE PORTUGUESA” – Os exercícios de hoje. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1939. p.2. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5869, Ano 18, Domingo, 26 de março de 1939, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2LaBDkZ>> Acesso em: 23 de out. de 2020.

A ASSEMBLEIA NACIONAL recordou o 7 de fevereiro e ocupou-se da reforma do Ministério da Instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4749, Ano 15, sexta, 7 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares/DRR – DocumentosRuellaRamos. Disponível em: <<https://bit.ly/2LDsqS4>> Acesso em: 29 de out. de 2020.

A CAMARA CORPORATIVA deu parecer favorável à proposta do ministério da instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4747, Ano 15, quarta, 5 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/2XrQaLp>> Acesso em: 02 de nov. de 2020.

A COMEMORAÇÃO de Aljubarrota. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. p.3. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4933, Ano 16, terça, 11 de agosto de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2LFL3Vb>> Acesso em: 11 de jan. de 2020.

A EDUCAÇÃO FÍSICA e pre-militar dos jovens foi o tema da conferência do tenente Quintino da Costa. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5362, Ano 17, Sábado, 23 de

outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2LDX6IU>> Acesso em: 21 de out. de 2020.

A ESCOLA CENTRAL de graduados da 'mocidade portuguesa' concluiu hoje os seus trabalhos. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1937. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5310, Ano 17, terça, 31 de Agosto de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2MLIkdr>> Acesso em: 23 de out. de 2020.

A ESFERA, Revista de Actualidades Internacionais. N.11, Lisboa, 05 de dezembro de 1940.

A INAUGURAÇÃO da Central leiteira. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1941. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6646, Ano 21, Domingo, 25 de maio de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2MNHUII>> Acesso em: 04 de nov. de 2020.

A INSTRUÇÃO pré-militar da juventude portuguesa. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. p.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5125, Ano 16, sexta, 26 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível: <<https://bit.ly/3bn1xfX>> Acesso em: 23 de out. de 2020.

A MOCIDADE PORTUGUESA e as Olimpíadas. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. p.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4950, Ano 16, Sexta, 28 de Agosto de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/3bnVvf2>> Acesso em: 11 de nov. de 2020.

A MOCIDADE PORTUGUESA nas possessões ultramarinas. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1939. p.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5833, Ano 18, Sexta, 17 de Fevereiro de 1939, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/39i2BPv>> Acesso em: 03 de nov. de 2020.

CARVALHO, Rómulo. **História do Ensino de Portugal**: desde a Fundação da Nacionalidade até o fim do Regime Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

COMEMORAÇÃO patriótica. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1938. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5534, Ano 18, Segunda, 18 de Abril de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/35oRx1J>> Acesso em: 12 de nov. de 2020.

CULTURA e técnicos. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. p.9. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5364, Ano 17, segunda, 25 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/3bqmt5H>> Acesso em: 22 de out. de 2020.

FERRO, António. **Entrevistas a Salazar**. Lisboa: Editora Parceria M. Pereira, 2007.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores**: Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488 p.

HORTA, José Silverio Baia. **A mobilização da juventude da Itália (1922-1945), em Portugal (1936-1974) e no Brasil (1937-1945)**. UFAM, [20-?], p.9. Disponível em: <<https://bit.ly/39qnmao>> Acesso em: 03 de nov. de 2020.

KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. **Revista Análise Social**, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), p.555-588.

MANIFESTAÇÃO patriótica – A romagem á capela de S. Jorge e ao mosteiro da Batalha. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4935, Ano 16, Quinta, 13 de agosto de

1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2XuVPAI>> Acesso em: 11 de nov. de 2020.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia Definitiva**. São Paulo: Leya, 2011.

MENOS APARENCIAS e mais educação! **Diário de Lisboa**. Lisboa, nov. 1937. p.10-11. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5400, Ano 17, terça, 30 de novembro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/3seB4av>> Acesso em: 22 de out. de 2020

MOCIDADE PORTUGUESA, a entrega das insígnias a graduados. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1937. p.8. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5210, Ano 17, Domingo, 23 de Maio de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/35vofP4>> Acesso em 03 de nov. de 2020.

MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5546, Ano 18, Sábado, 30 de Abril de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2XpNSwx>> Acesso em: 22 de out. de 2020.

MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5513, Ano 17, segunda, 28 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/3q5J9MH>> Acesso em: 22 de out. de 2020.

MÓNICA, Maria Filomena. Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do salazarismo. **Análise Social**. p.485-488. Cf. site da revista Análise Social. Disponível em: <<https://bit.ly/2UvRdsg>> Acesso em: 22 de out. de 2020.

NOGUEIRA, Franco. **Salazar: Os Tempos Áureos (1928-1936)**, vol. II. Coimbra: Atlântida Ed., 1977.

O CHEFE do Estado inaugurou a Ponte 'Duarte Pacheco'. **Diário de Lisboa**. Lisboa, set. 1941. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6762, Ano 21, Quinta, 18 de setembro de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2LDOLPq>> Acesso em: 04 de nov. de 2020.

O EXÉRCITO NOVO e a mocidade. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jul. 1937. p.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5253, Ano 17, segunda feira, 5 de Julho de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/3oxUqVI>> Acesso em 24 de out. de 2020.

O MINISTÉRIO da instrução pública passará a denominar-se Ministério da Educação Nacional? **Diário de Lisboa**. Lisboa, jan. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4732, Ano 15, segunda, 20 de janeiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/3nuj73X>> Acesso em: 30 de out. de 2020.

O NOTÁVEL DISCURSO que o sr. presidente do conselho proferiu ontem. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. p.10-11. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5508, Ano 17, quarta, 23 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/3oBvA7l>> Acesso em: 23 de out. de 2020.

O SR. MINISTRO do comercio dirigiu uma exortação á mocidade na conferência que hoje realizou em Coimbra. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5126, Ano 16,

Sábado, 27 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2LHeRRi>> Acesso em: 23 de out. de 2020.

O TERCEIRO REICH – A mocidade alemã considera a guerra um prazer e um desporto. **Diário de Lisboa**. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4865, Ano 16, Quinta, 4 de junho de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/3q5KsLr>> Acesso em: 26 de out. de 2020.

OLIVEIRA, Alberto. **À Mocidade Portuguesa**. Empresa Nacional de Publicidade, 1939, p.2. Disponível em: <<https://bit.ly/36BSF1Q>> Acesso em: 13 de nov. de 2020.

OS CADETES da mocidade portuguesa receberam hoje instrução militar. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1938. p.2 Cf. "Diário de Lisboa", nº 5478, Ano 17, Domingo, 20 de fevereiro de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/3q91TuQ>> Acesso em: 23 de out. de 2020.

OS DIRIGENTES da “mocidade portuguesa” reuniram-se hoje foram cumprimentar o ministro da Educação da Educação Nacional. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. p.4-5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5360, Ano 17, Quinta, 21 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/35rOWnX>> Acesso em: 21 de out. de 2020.

OS PROCESSOS de formação nacionalista e a educação moral dos homens de amanhã foram versados numa interessante conferência do professor Marcelo Caetano. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. p.5 "Diário de Lisboa", nº 5361, Ano 17, sexta, 22 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2Xuo8z6>> Acesso em: 21 de out. de 2020.

PEREIRA, Maria Paula. A Escola portuguesa ao serviço do Estado Novo: as Lições de História de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o projeto ideológico do salazarismo. **Da Investigação às Práticas**, 4(1), 2013, p.59 - 81.

PIMENTEL, Irene Flunser. **História das Organizações Femininas do Estado Novo**. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

PINTO, António Costa. **Os Camisas-Azuis: Rolão Preto e o fascismo em Portugal**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: EDUPE, 2016

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 1:941, 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. Disponível em: <<https://bit.ly/36Dx755>> Acesso em: 23 de out. de 2020.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 26:611, 19 de maio de 1936. Regimento da Junta Nacional de Educação. **Diário do Governo**. Disponível em: <<https://bit.ly/3nqi2uh>> Acesso em: 22 de out. de 2020.

PROBLEMAS de nosso tempo. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4756, Ano 15, sexta, 14 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/39niXXd>> Acesso em: 14 de out. de 2020.

PROSSEGUIU hoje a apreciação da reforma do ministério da instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4752, Ano 15, segunda, 10 de fevereiro de 1936, Fundação

Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/3sbP7NM>> Acesso em: 12 de nov. de 2020.

QUEIROZ, Maria Inês Pires Soares da Costa. **A Mocidade Portuguesa na era dos fascismos: o enquadramento da juventude no Estado Novo (1936-1945)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/34657>> Acesso em: 04 de jan. 2021.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, vol. XXXV (157), 2001, p. 1031-1054.

TEIXEIRA, Judith. Formar Homens. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5488, Ano 17, Quinta, 3 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível: <<https://bit.ly/3scHbMp>> Acesso em: 14 de out. de 2020.

TELO, António J. A obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932. **Análise Social**, vol. XXIX (128), 1994 (4º).

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal: séculos XIX e XX**. Temas e Debates, 1998. 491 p.

UMA VISITA de graduados da ‘mocidade portuguesa’ às obras municipais em curso. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1942. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6894, Ano 21, Domingo, 1 de fevereiro de 1942, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/3bsIy3M>> Acesso em: 04 de nov. de 2020.